

Acordo não sai e o governo reconhece que se precipitou

por Cláudia Safatle
de Brasília

A ministra da economia, Zélia Cardoso de Mello, permaneceu até cerca de 22 horas, ontem, em uma reunião com a missão técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI), liderada por Thomas Reichmann, chefe da divisão do Atlântico Sul do fundo, para resolver algumas dificuldades na formulação final do acordo com a instituição.

Evitou-se, ontem caracterizar as divergências como um "impasse", mas os principais assessores oficiais que participam das negociações já não mencionavam a hipótese de se assinar, hoje, a carta de intenções do governo brasileiro ao FMI, que sustentará um acordo "stand-by" até o final do ano que vem. Chegou-se à conclusão, que marcar o dia de hoje para anunciar os termos básicos do acordo foi uma precipitação.

DIVERGÊNCIAS

Dois pontos ainda caracterizavam as divergências entre o que o governo brasileiro quer e o que o FMI pode aceitar. Os assessores oficiais (e nas reuniões de ontem estavam o presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, o encarregado da

negociação externa, embaixador Jório Dauster, o secretário de Política Econômica, Antonio Kandir, e o chefe do departamento de assuntos internacionais, Clodoaldo Hugueney) — gostariam de evitar qualquer comprometimento mais "explícito", como sublinhou uma fonte qualificada, com a forma de resolver a questão dos atrasados aos bancos comerciais credores do País.

A postura da equipe econômica é não fazer pagamentos aos bancos privados neste ano, mas promover algum desembolso aos credores do Clube de Paris, tão logo se avance nas negociações com os governos dos países desenvolvidos, para quebrar eventuais resistências a um acordo de refinanciamento da dívida brasileira junto àquela instituição.

RESTRIÇÕES FISCAIS

Os técnicos do FMI concordaram com a tese de que o País convive com restrições fiscais para pagar aos credores internacionais em sua totalidade, mas na hora de sentar para escrever a carta de intenções, essa questão fica mais difícil, principalmente levando em conta que o FMI anda com a imagem meio chamuscada pelo fato

de estar assinando acordos com países que não pagam suas dívidas.

Outro ponto ainda controverso da carta de intenções refere-se à inclusão ou não do déficit nominal do setor público como critério de performance. Mais do que uma tecnicidade, esse ponto revelaria a real consistência do programa econômico do governo brasileiro, na medida em que as contas nominais dependem diretamente do comportamento da inflação até o final deste ano. Para efeito de contabilidade interna, os assessores oficiais chegaram a delinear uma trajetória cadente de inflação, que encerraria dezembro de 1990 na casa dos 2,5 a 3%.

Entre um mero exercício estatístico e um índice que acabará determinando a meta nominal das contas públicas há uma enorme diferença.

"WAIVER"

Caso a meta do déficit nominal seja de cerca de 35% do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, metade do que foi registrado no ano passado, o descumprimento desse indicador empurraria o governo brasileiro para um pedido de "waiver" (dispensa) ao FMI, colocando em xeque "a credibilidade do programa

e da equipe econômica", como sustentou um dos assessores do Ministério da Economia, que está participando diretamente da negociação com o FMI. Além disso, um "waiver" eventual encontraria o governo brasileiro em plena negociação com os bancos comerciais credores do País, o que seria constrangedor, entendem.

O problema com a meta nominal refere-se a este ano, cujas incertezas quanto ao sucesso do programa de estabilização ainda persistem. Para 1991, não haveria problema, argumentam os economistas oficiais.

Do ponto de vista do FMI, trata-se de uma proposta improcedente, que nunca foi aplicada a acordos da instituição com outros países, mesmo admitindo a fragilidade de projeções inflacionárias para este ano.

Durante o dia de ontem, houve diversas reuniões entre a equipe econômica e a missão do Fundo, e, como assinalou um dos participantes pelo lado brasileiro, "passamos o dia em canal aberto com Washington". Até as 22 horas, porém, permanecia a expectativa de solução para este desejo de tratamento excepcional ao País.